A experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Agroecologia

Fabio Kessler dal Soglio[1]
Lisiane Gonçalves Brolese [2]
Gustavo Ayres [3]

[1] Professor associado, Faculdade de Agronomia e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. fabiods@ufrgs.br;
[2] Bolsista de extensão – Projeto Fortalecimento das Agroflorestas no Rio Grande do Sul – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS.
[3] Engenheiro agrônomo, Emater-RS, participante da Rede Orientada ao Desenvolvimento da Agroecologia/UFRGS

Introdução à realidade da Agroecologia na UFRGS.

As universidades federais do Brasil caracterizam-se por estarem organizadas em departamentos divididos por disciplinas, que estão organizados em unidades (institutos ou faculdades) responsáveis pelas grandes áreas do conhecimento. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) segue essa estrutura compartimentalizada e, embora esteja começando a apoiar iniciativas de perspectivas acadêmicas da multidisciplinaridade, em grande medida ainda é condicionada ao modelo cartesiano de enxergar a realidade dividida em disciplinas. Existe ainda um caminho bastante longo para a consolidação de espaços interdisciplinares, como a Agroecologia, que no momento ainda tem uma inserção marginal nesta universidade, em especial nas áreas das Ciências Agrárias, embora não sejam poucos os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão, que poderiam ser considerados, como em Agroecologia, em todos os campos do conhecimento pelos quais ela transita.

Assim, ao relatar a inserção da Agroecologia na UFRGS, na área das Ciências Agrárias, estamos tratando das trajetórias de alguns atores que, com determinação, procuram interagir interdisciplinarmente em um ambiente fortemente disciplinar. Neste artigo, contaremos as conquistas destes atores, conscientes da necessidade de mudanças, mas também de que os limites das disciplinas continuam a impor ações e os mantém separados, e das formas alternativas de, mesmo com esta separação, avançar na construção de espaços para ensino, pesquisa e extensão interdisciplinar. Certamente mudanças maiores serão necessárias, principalmente para reforçar o caráter interdisciplinar da Agroecologia e a necessidade da aproximação da universidade à sociedade e aos conhecimentos locais. Mas, ao mesmo tempo, frente às mudanças conquistadas, os espaços da Agroecologia na UFRGS já apresentam resultados

importantes que devem ser celebrados e reforçados para avanços mais significativos no futuro.

As mudanças na agricultura e na universidade brasileira no século XX: a modernização acelerada e a compartimentalização das Ciências Agrárias

No final do século XIX, o curso de Agronomia foi criado na Faculdade de Engenharia de Porto Alegre, e em 1934, já como Faculdade de Agronomia e Veterinária, a área das Ciências Agrárias passou a compor, juntamente com outras faculdades, a Universidade de Porto Alegre. Em 1947, esses cursos passaram a constituir a Universidade do Rio Grande do Sul, que, em 1950, foi federalizada, tornando-se a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) dos dias de hoje. Na sua origem, os cursos de Agronomia e de Veterinária destacaram-se por uma produção acadêmica voltada às necessidades tecnológicas da produção diversificada de alimentos e produtos agrícolas em uma região caracterizada por uma agricultura voltada principalmente para os mercados internos brasileiros, visto que na época as culturas típicas de exportação eram o café e o açúcar, não produzidos no Estado. A única atividade com uma maior participação de exportações para o mercado externo era a produção de lã e de carne, atividades tradicionais no bioma Pampa, o qual ocupa mais da metade da área do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, além de uma agricultura mais diversificada, havia uma tendência à adaptação dos sistemas de produção aos diferentes biomas, o que condicionou, na área das Ciências Agrárias, a existência de um curso mais prático e amplo em termos de formação e de pesquisas. Na época, grande parte dos professores tinha formação com base em escolas europeias e uma visão mais humanística da agricultura.

Entretanto, isso tudo mudou por volta dos anos de 1960, quando o Brasil passou a se preparar para o período hoje conhecido como *modernização da agricultura*. O projeto de mudança de modelo, para tornar a agricultura brasileira mais competitiva e capaz de explorar mercados de *commodities* agrícolas, obrigou a Faculdade de Agronomia da UFRGS a "se atualizar", enviando alunos recém-egressos para cursos de mestrado e doutorado no exterior, especialmente nos Estados Unidos da América, para que pudessem preparar os técnicos que iriam depois implementar a alteração na realidade da agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Ao mesmo tempo, a Faculdade de Agronomia recebeu diversos professores de universidades americanas e o incentivo governamental para iniciar a implementação de diversos projetos, entre os

quais os de análise e correção dos solos gaúchos (Projeto Tatu), de implementação do processo de mecanização da agricultura e o curso de Pós-Graduação em Agronomia (fundado em 1965), hoje dividido em diversos programas (Fitotecnia, Zootecnia e Ciências dos Solos). Nesse período, o ensino e a pesquisa em agronomia mudaram radicalmente.

Havia no Brasil, na época do golpe de 1964, um ambiente político contrário à interdisciplinaridade e que promoveu o isolamento dos diferentes conhecimentos ao obrigar as universidades brasileiras a, em 1968, dividir-se em institutos e departamentos. Essa divisão reduzia a interação entre diferentes áreas da ciência e certamente reduzia o risco de pensadores de oposição debaterem os rumos políticos do Brasil. Na área das Ciências Agrárias, isso também levou ao pensamento de que os cientistas deveriam ficar isolados em seus laboratórios, desenvolvendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas de conhecimento compartimentalizadas, isoladas das demais áreas. Com isso, não apenas os resultados alcançados eram menos adequados à realidade sistêmica, mas também criou uma cultura de isolamento entre cientistas e de incapacidade de diálogo entre colegas, mais difícil quanto mais distante a área de conhecimento, e praticamente impossível entre as áreas das ciências consideradas "duras", das Ciências Exatas e das Ciências Agrárias, e as áreas "moles", das Ciências Sociais.

Desses fatos, resultou, na UFRGS, em 1970, a separação dos cursos de Agronomia e de Veterinária em duas faculdades (Faculdade de Agronomia e Faculdade de Veterinária), isoladas inclusive pelo espaço, e de departamentos, isolando ainda mais as áreas de conhecimento e permitindo um aprofundamento da visão de conhecimentos compartimentalizados. Algumas das áreas que antes trabalhavam com a Agronomia, com as disciplinas voltadas à agricultura de Zoologia, Botânica, Matemática, Genética, Hidrologia, Engenharia Rural e outras, foram deslocadas para departamentos em outros institutos, os quais não se dedicavam às Ciências Agrárias. Podemos dizer que os dois movimentos, modernização da agricultura e departamentalização da universidade brasileira, foram os principais fatores que estabeleceram, na área das Ciências Agrárias na UFRGS, uma característica de direcionamento para um modelo de agricultura produtivista, de cultivos e criações direcionados à exportação, e visão cartesiana da agricultura, separada em dezenas de departamentos distribuídos em diversos institutos e faculdades.

Desde o início desses movimentos, houve um certo grau de resistência, em

especial no corpo discente, mas também com personalidades do corpo docente, que demonstrou discordar da ênfase do direcionamento do ensino, pesquisa e extensão na UFRGS à agricultura extensiva, de monocultivos, e altamente química. O movimento estudantil na época reunia contestadores ao golpe de Estado de 1964, à política de modernização e aos privilégios aos grandes proprietários e sofreu perseguição por parte da repressão oficial, empenhada em eliminar focos de oposição ao regime de restrição de liberdades implementado pela ditadura civil-militar. Também havia professores que não concordavam com o modelo imposto à agricultura, como o Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado, que por opor-se ao regime militar foi cassado pelo AI-5, sendo desligado da universidade. Parte desses estudantes, ao saírem da universidade, uniram-se a movimentos pragmáticos orientados aos trabalhos de apoio à agricultura de base camponesa e com um enfoque ecológico. Esses movimentos duplos de resistência, ao regime e ao modelo de agricultura favorecido pelo Estado, resultaram no aparecimento no Rio Grande do Sul de muitas experiências em agricultura de base ecológica e com foco no associativismo e no ativismo político.

Ficaram na universidade os professores de direita, ou menos politizados, que cumpriram à risca o modelo de modernização da agricultura, nacionalmente coordenado pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) e liderado pela recém-criada Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), pelo Sistema Brasileiro de Extensão Rural, submetido à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), mais recentemente extinto, e pelo Sistema Nacional de Crédito Agrícola. Nesse ambiente de difícil sobrevivência aos que se opunham a essa realidade, a opção dos profissionais e estudantes mais sensíveis às causas da agricultura familiar de base ecológica foi de atuar de forma a estruturar redes temáticas de discussão e de pesquisas e estabelecer linhas de pesquisa individuais em agricultura alternativa. Assim, mesmo havendo um distanciamento entre os movimentos pragmáticos, eram ligados principalmente a iniciativas que vieram a formar ONGs importantes na história da Agroecologia no Rio Grande do Sul e no Brasil.

Dentre as iniciativas, que denominamos aqui *movimentos pragmáticos*, devemos destacar: a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), fundada em 1971 por personalidades como os engenheiros agrônomos José Lutzenberger e Sebastião Pinheiro e o geneticista (e professor da UFRGS) Flávio Lewgoy, entre outros; o Centro Ecológico, fundado em 1985, com a liderança da engenheira agrônoma Maria José Guazzelli, inicialmente como um projeto para

demonstrar a viabilidade da agricultura de base ecológica e que depois se transformou em uma importante ONG dedicada à assessoria de cooperativas e agricultores ecológicos; e a Rede Ecovida, que, segundo Santos (2007), embora formalizada em novembro de 1998, tem mais de 20 anos de funcionamento, reúne diversas iniciativas em agricultura de base ecológica — seja cooperativas, grupos organizados de agricultores ou ONGs de assessoria a agricultores — e está organizada nos três estados do Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por outro lado, a polarização das visões de agricultura, com a academia brasileira favorecendo a visão hegemônica de uma agricultura produtivista, química e voltada para a exportação, e os movimentos pragmáticos buscando o fortalecimento de uma agricultura sustentável, ecológica e direcionada à soberania alimentar, acabou por criar uma barreira considerável no diálogo entre as experiências em agricultura de base ecológica e os professores na UFRGS. Com isso, os poucos (mas combativos) professores interessados no desenvolvimento de estilos de agricultura de base ecológica por muito tempo estiveram com dificuldades de interagir tanto com colegas da universidade como com protagonistas das experiências práticas de agricultura alternativa. Essas interações certamente ampliariam a capacidade de alterar rumos na universidade e de estabelecer projetos com condições de mobilizar forças sociais e de mudar a hegemonia na UFRGS da visão produtivista. Isso aconteceu até meados dos anos 1990, quando alguns fatos permitiram a realização de mudanças mais profundas.

Após o final do regime de exceção, na década de 1980, foram estabelecidos novos espaços para debates mais amplos questionando aspectos sociais e ambientais resultantes da modernização da agricultura, como a exclusão de agricultores e os danos ambientais do uso dos agrotóxicos. Começaram a aparecer, na academia, trabalhos e debates que apontavam para a necessidade de mudanças na forma de entender as Ciências Agrárias e de uma visão mais sistêmica desses processos. Isso também refletia os questionamentos sobre o paradigma da ciência reducionista e a necessidade de implantação de uma ciência não apenas mais sistêmica, mas também capaz de dialogar com todas as formas de conhecimento. Nesse mesmo período, foram organizados no Brasil diversos seminários, por estudantes e técnicos ligados às ONGs, com o objetivo de questionar a academia pela falta de apoio ao desenvolvimento tecnológico da agricultura alternativa (Petersen *et al.*, 2009).

Desses movimentos, resultou, na UFRGS, a criação de diferentes grupos de discussão, como o Grupo de Debates sobre a Tecnologia, o Ambiente e a Sociedade

(Grupo Temas), que, em 1995, organizou a *I Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Essa Conferência reuniu em Porto Alegre pessoas ligadas a universidades, centros de pesquisa, serviços de extensão rural estatais, movimentos sociais e ONGs do Brasil e de outros países, com o objetivo de discutir as perspectivas de modelos alternativos de agricultura de desenvolvimento rural, visando a sustentabilidade. Esse evento, além de significar um importante passo para aproximação entre pragmáticos e acadêmicos, um processo ainda hoje em curso, significou um marco para a UFRGS na integração entre diferentes professores e conduziu à criação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR).

Estabelecendo as bases para a Agroecologia na UFRGS

Assim, por volta de 1995, diferentes professores da UFRGS atuavam em áreas do conhecimento próximas à Agroecologia. Essa atuação, especialmente em pesquisa e extensão, dava-se de forma pouco integrada e bastante marginal, tendo em conta a predominância nas diferentes unidades acadêmicas de uma visão produtivista e disciplinar da agricultura, que dificultava a ação dos professores "desertores". Destacamos aqui a atuação de professores como Ingrid B. I. de Barros, trabalhando com a produção orgânica em horticultura, especialmente com plantas medicinais; José Maria Wiest, na sanidade animal; João Mielniczuk, na área de manejo da fertilidade do solo com plantas de cobertura e adubação verde; e Jalcione Almeida, com estudos na área da Sociologia Rural e os movimentos da agricultura alternativa.

Ocorre, porém, que ainda não havia uma integração de conhecimentos entre os acadêmicos, muito embora individualmente houvesse uma aproximação com ONGs e organizações de agricultores. Do ponto de vista de ensino, pesquisa e extensão, as contribuições dos professores se davam por dentro de uma estrutura curricular convencional, aproveitando os espaços da liberdade acadêmica de cátedra, mesmo que muitas vezes sofrendo pressões dos colegas de departamentos defensores do modelo hegemônico. Havia, assim, algumas condições favoráveis a mudanças, mas ainda uma resistência muito grande, a ponto de as principais unidades da UFRGS ligadas às Ciências Agrárias — a Faculdade de Agronomia e a Faculdade de Veterinária — serem reconhecidas no Brasil por formar técnicos altamente capacitados para que atuassem dentro de uma perspectiva de agricultura industrializada.

Foi esse o ambiente que o Prof. Fábio Dal Soglio encontrou ao ingressar na

Faculdade de Agronomia da UFRGS, em 1997, como professor de Microbiologia, ligado ao Departamento de Fitossanidade. De formação em Fitopatologia na Universidade de Illinois, em Urbana-Champaing, com ênfase na ecologia e bioquímica do controle biológico de microrganismos, após dois anos como recém-doutor na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) atuando no curso de pós-graduação em Agroecossistemas, tinha sua principal atuação nas áreas de manejo ecológico de pragas e de ecologia agrícola. Inicialmente, buscou encontrar espaços para dar continuidade a um projeto acadêmico de aproximar diferentes áreas do conhecimento e de trabalhar em ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia. Embora com resistência inicial do corpo de docentes da faculdade, encontrou o apoio de alguns colegas que atuavam em áreas próximas e de muitos estudantes de graduação, que procuravam organizar um grupo de estudos e ação em Agroecologia. Com o passar do tempo, conseguiu implementar, com ajuda de colegas interessados nos aspectos sociais e ecológicos da Agroecologia, algumas disciplinas de graduação e pós-graduação que buscavam ter uma maior ênfase na fundamentação teórica e metodológica para a promoção de redesenhos dos agroecossistemas para o desenvolvimento de sistemas de produção de base ecológica. Ingressando em dois programas de pós-graduação, em Fitotecnia (PPGFitotecnia) e em Desenvolvimento Rural (PGDR), implementou, em 1999, as disciplinas de Controle Biológico e de Princípios de Agroecologia, passando a contribuir para a formação de mestres e doutores com visão agroecológica. Outros colegas de faculdade também passaram a oferecer disciplinas eletivas nas áreas de produção orgânica e fortalecer a percepção de que havia a necessidade de mudanças no curso de Agronomia, o que, associado à crescente percepção social para a problemática ambiental, oportunizou o estabelecimento de um movimentos na Faculdade de Agronomia da UFRGS que reivindicava alterações no currículo.

Em 2000, formou-se uma situação extremamente favorável para implementar novas visões na Faculdade de Agronomia da UFRGS. Por um lado, o Estado do Rio Grande do Sul passou a ser governado pelo sr. Olívio Dutra, que implementou um apoio muito forte à Agroecologia, tornando possível o financiamento, pelo Programa RS-Rural, de um projeto de pesquisa para validação e desenvolvimento de tecnologias com citricultores ecológicos do Estado organizados em cooperativas e associações, com o apoio da Emater-RS e da Embrapa. Nesse projeto, foi possível coordenar atividades de pesquisa e extensão na UFRGS, com métodos participativos e integração com diferentes professores, gerando mais de 30 teses e dissertações e integração de estudantes de

graduação nos projetos desenvolvidos com base na Agroecologia, o que começou a quebrar a resistência de alguns professores que passaram a ver com interesse as possibilidades dessa área, mesmo que ainda com certo distanciamento.

Esses novos ares foram fundamentais para mudanças mais significativas. Acompanhando a mobilização brasileira para ampliar espaços para a Agroecologia, professores e estudantes de graduação e pós-graduação passaram a atuar de forma mais decisiva em seminários, encontros e lutas em defesa dessa área na academia. Estivemos ativamente envolvidos nos Seminários Estaduais e Internacionais em Agroecologia promovidos em Porto Alegre, participamos da criação do *Congresso Brasileiro de Agroecologia* e da sua realização, assim como da criação da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), e foi na UFRGS que inicialmente ficou hospedada a *Revista Brasileira de Agroecologia*, depois transferida para o servidor da ABA-Agroecologia. Durante esses anos, o interesse de alunos e professores pelo tema da agricultura sustentável aumentou, embora não se possa dizer que estejam engajados no movimento agroecológico ou que adotem a Agroecologia como referencial teórico. É fato que os professores mantêm suas individualidades, e suas conexões com suas áreas de formação originais são fortes e possivelmente permanentes, mas não se pode negar uma profunda mudança na forma de encarar a agricultura por parte de um significativo número de professores. Ainda não podendo ser considerada uma mudança radical nem significando a quebra do modelo produtivista no interior do curso, pode-se dizer que houve nos últimos anos uma mudança e que isso se refletiu na profunda alteração curricular que se conseguiu implementar no curso de graduação em Agronomia.

A Agroecologia conquistando espaços no ensino de graduação em Agronomia na UFRGS

Ao mesmo tempo do crescimento da área de pesquisa, houve o da ação política em prol da Agroecologia. Em 2001, com o apoio de um grupo de professores descontentes com gestões conservadoras, o Prof. Fábio assumiu a vice-direção da Faculdade de Agronomia, assim como a coordenação do Núcleo de Avaliação da Unidade, para o período de 2001 a 2005, o que permitiu dar início a um processo amplo de avaliação da faculdade, que concluiu pela necessidade de reforma curricular no curso de graduação em Agronomia. Concomitantemente, a renovação do corpo docente da Faculdade de Agronomia, com aposentadoria de professores mais conservadores e contratação de novos com uma visão mais arejada, levou o Prof. Fábio à coordenação da

Comissão de Graduação entre 2005 e 2007, para liderar um processo de reforma curricular, que começou com a criação de uma Comissão Especial de Reforma Curricular, coordenando, de 2006 a 2008, um processo participativo para elaboração de um novo currículo, implantado em 2009. Nessa reforma curricular, foi possível incluir no curso de Agronomia da UFRGS uma visão bem atual, com espaço crescente para as questões ambientais e para a Agroecologia. No **Quadro 1**, são apresentadas uma visão geral das disciplinas com enfoque agroecológico do curso de Agronomia da UFRGS no currículo antigo e as mudanças significativas da nova estrutura curricular implementada em 2009.

No novo currículo, foram criados dois momentos: um de formação essencial obrigatória (FEO), com oito semestres e todas as disciplinas fundamentais para a formação de um engenheiro agrônomo; e um de formação diversificada complementar (FDC), com dois semestres e abrindo para o estabelecimento de diferentes linhas de opção obrigatória pelos estudantes, organizadas por temas integradores e/ou por áreas do conhecimento. Essa estratégia rompeu a resistência de grupos mais conservadores, que lutavam pela manutenção de um currículo convencional, e ao mesmo tempo foi pensada de forma a permitir maior flexibilidade e adaptabilidade do currículo ao passar dos anos. Na FEO, todas as disciplinas são obrigatórias, porém na FDC os estudantes devem optar por uma linha e estabelecer uma sequência de disciplinas opcionais.

Na FEO, conseguiu-se incluir um espaço maior para disciplinas da área ambiental e de Agroecologia, que, coordenadas, formaram uma linha (Ambiente) com 10 créditos (cada crédito equivale a 15 horas/aula), sendo as disciplinas de Ecologia para a Agronomia, com 2 créditos, e Princípios de Agroecologia, com 3 créditos, pensadas para atuarem de forma integrada. Além dessas, passaram a compor essa linha as disciplinas de Gestão Ambiental e Análise de Impactos Ambientais. Nessa fase do currículo, tendo todas as disciplinas obrigatórias, outras tantas disciplinas, como Desenvolvimento Rural e Sociologia Rural, passaram também a contribuir para uma visão mais integrada do conhecimento, permitindo ao currículo uma postura mais crítica da Agronomia em relação ao modelo de agricultura ainda hegemônico.

Por outro lado, na FDC, realizada no último ano do curso, três áreas foram organizadas e propuseram disciplinas estruturadas: Produção Vegetal; Produção Animal; e Gestão Ambiental e Manejo de Agroecossistemas. Nesta última FDC, que ficou conhecida como *FDC Ambiente*, foi possível compatibilizar disciplinas oferecidas em diferentes cursos, inclusive no curso de Agronomia, que tinham em comum a

abordagem sistêmica e a perspectiva da sustentabilidade. Dessa forma, alunos do curso de Agronomia na UFRGS passaram a contar com disciplinas como: Ecologia de Populações e Comunidades em Agroecossistemas; Recuperação e Manejo de Áreas Degradadas; Agroecologia Aplicada; Vivência em Manejo Sustentável de Agroecossistemas; Produção Vegetal em Sistemas Orgânicos; e outras tantas que são apresentadas no **Quadro 1**. Assim, além de permitir uma formação de profissionais de Agronomia com enfoque agroecológico, essa FDC amplia as possibilidades de mudanças mais profundas na UFRGS, pois cria espaços acadêmicos direcionados à Agroecologia, passando a exigir a busca de professores com formação na área à medida que o currículo for implementado. Também consolida a aproximação de professores que atuavam de forma muito individual e que passam a assumir a gerência da FDC, discutindo as disciplinas e os projetos dos alunos que optam por essa área, obrigando uma maior integração entre áreas do conhecimento.

A ação em rede dos projetos de Agroecologia na UFRGS

Além das mudanças ocorridas no curso de Agronomia, ainda em fase de consolidação, outras ações foram e estão sendo importantes para que a Agroecologia alcance o devido espaço em todas as áreas do conhecimento. Essas ações, com foco mais centrado na extensão universitária, foram iniciadas ainda no final dos anos 1990, mas se estabeleceram de forma mais coordenada após 2008, em especial pelo apoio de projetos por editais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com recursos liberados principalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Ao longo dos últimos quinze anos, muitas iniciativas independentes, partindo de grupos de alunos ou de núcleos de pesquisa ou extensão ligados a alguns professores, passaram a realizar extensão universitária na UFRGS, com objetivo de participar da construção do conhecimento agroecológico, visando promover o desenvolvimento sustentável. Com ações que iam desde a promoção de seminários ou oficinas até intervenções junto a comunidades de agricultores familiares, comunidades tradicionais ou indígenas, acampamentos e assentamentos da reforma agrária e escolas nas periferias de Porto Alegre, esses grupos e núcleos tinham em comum a vontade de promover a sustentabilidade em todas as suas dimensões, em especial a ambiental e a social, opondo-se ao modelo hegemônico de crescimento econômico. Com foco principal na Agroecologia[7], na construção do conhecimento agroecológico e no desenvolvimento

rural, esses grupos atuavam principalmente nas áreas das Ciências Agrárias e Biológicas, mas também se encontravam relacionados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR). Com o passar do tempo, por terem diversos objetivos comuns, esses grupos e núcleos passaram a atuar juntos em diversos momentos, e naturalmente surgiu a necessidade de uma melhor articulação e coordenação das ações. Isso seria possível com uma atuação em rede que permitisse uma maior eficiência nas ações de extensão e pesquisa, em especial utilizando melhor os recursos escassos e conseguindo fortalecer a proposta na universidade, onde os campos de poder que mantêm o modelo hegemônico de crescimento econômico e de pouca responsabilidade social e ambiental ainda são predominantes.

Assim, em 2008 foi criado o Núcleo de Estudos em Agroecologia, que se propunha a servir de ponto de encontro dos diferentes grupos e núcleos de extensão e pesquisa que atuavam de alguma forma na construção do conhecimento agroecológico. Esse núcleo foi posteriormente renomeado para Rede Orientada ao Desenvolvimento da Agroecologia (Roda/UFRGS) e passou a ter como principal objetivo a articulação entre os diversos grupos e núcleos da UFRGS e seus parceiros externos. Tendo como princípio uma estrutura horizontalizada, de participação voluntária e independente de todos os participantes, e respeitando as formas de organização internas de cada grupo ou núcleo, a Roda tem conseguido atuar como espaço de articulação e promoção de ações de extensão e pesquisa em Agroecologia e em outras áreas do conhecimento que são próximas, como o Etnodesenvolvimento e a Etnoecologia, a Economia Solidária, assim como promovido conhecimentos em bioconstruções. Esse processo ocorreu inicialmente em reuniões no Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (Iepe/UFRGS), espaço onde se desenvolve o PGDR.

Atualmente, os coletivos que estão articulados na Roda são: Associação dos Agricultores Ecologistas do Lami (Apel), Coletivo CasaTierra, Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos em Áreas de Reforma Agrária (Coptec), PGDR/UFRGS, Grupo de Apoio à Reforma Agrária (Garra/UFRGS), Grupo Uvaia de Agroecologia/UFRGS, Grupo Viveiros Comunitários (GVC/UFRGS), Instituto Econsciência, Núcleo de Economia Alternativa (NEA/UFRGS) e Núcleo de Estudos em Desenvolvimento Rural Sustentável e Mata Atlântica (Desma/UFRGS).

Desde os primeiros momentos, foram empregados métodos participativos para a construção da Roda, entendendo-se que seriam instrumentais para promover a articulação entre os diferentes grupos e núcleos, uma vez que esses coletivos tinham

diferentes histórias e formas de organização. Desse modo, foi possível preservar as individualidades de cada coletivo e ao mesmo tempo promover uma atuação sinérgica e ramificada, buscando-se estabelecer uma dinâmica de trabalho participativa e não hierarquizada, que tem valorizado a diversidade e a interdisciplinaridade dos participantes, aproximando a teoria à prática e os conhecimentos acadêmicos aos saberes locais.

Para sua organização, no início de cada semestre, são realizadas reuniões de planejamento, quando os grupos e núcleos apresentam suas propostas de ações, sendo assim estabelecida uma agenda, o que permite a negociação de apoios e a determinação de responsabilidades na execução das propostas e evita que muitas ações ocorram nos mesmos períodos ou que grupos diferentes realizem de forma separada ações que podem ser unificadas. Com uma periodicidade mensal, são efetuadas reuniões de acompanhamento das ações em execução, em que se busca o nivelamento entre os coletivos, para que todos possam saber como andam os diferentes projetos e como os grupos podem colaborar uns com os outros. Nesses momentos, também são realizadas avaliações de ações finalizadas, comunicação e organização de novas propostas e a troca de informações sobre eventos e novidades de interesse comum. Ao final de cada ano, são realizadas reuniões de avaliação, que procuram definir pontos fortes e fracos da atuação em rede, assim como oportunidades e ameaças, o que permite que sejam definidas estratégias para que a rede possa melhor atuar no ano seguinte.

A diversidade de grupos e pessoas que integram a Roda conduz a uma multiplicidade de percepções sobre o processo de construção da rede, sendo uma experiência que por si só tem um valor de formação dos alunos que nela atuam, preparando-os para a vida profissional. Essa diversidade de compreensões vem sendo trabalhada no decorrer das ações desenvolvidas, e a discussão sobre a organização e os métodos utilizados está sempre em pauta.

Para agilizar a comunicação interna e externa à rede, uma página na internet tem sido utilizada. Assim, é possível divulgar as ações e proporcionar um espaço para a organização da rede. Além disso, a página permite divulgar notícias, fotos das atividades, eventos de interesse, material bibliográfico e endereços eletrônicos relacionados. A página da rede na internet é www.ufrgs.br/rederoda e o endereço do correio eletrônico é rede.roda@ufrgs.br.

As atividades desenvolvidas na Roda abordam temas relacionados a estilos de agricultura ecológica, soberania alimentar, agrobiodiversidade, conservação ambiental,

economia solidária, bioconstrução, etnodesenvolvimento e planejamento e reorganização territorial. Essas ações são promovidas em geral com a liderança de um ou mais grupos, que procuram viabilizar essas ações com recursos de diferentes fontes, sempre que possível sem custo para os participantes.

Além das bolsas institucionais de extensão, de iniciação à pesquisa, de iniciação tecnológica e de tutoria, fornecidas pela UFRGS a projetos de professores participantes da Roda, que muitas vezes são destinadas a alunos indicados pela rede, outros tipos de bolsas de projetos de pesquisa ou de extensão financiados pelo CNPq, MEC e outras fontes de financiamento são destinadas a alguns dos alunos que atuam nos diferentes grupos. Entretanto, a grande maioria dos alunos participantes atuam de forma voluntária, muitas vezes custeando deslocamento e alimentação com recursos próprios, o mesmo ocorrendo com professores, técnicos e membros externos à UFRGS que participam das ações.

Por outro lado, diferentes fontes de financiamento de ações de extensão e pesquisa da própria universidade são frequentemente acessadas para viabilizar as ações, em especial as ações de extensão. Esses recursos têm possibilitado a utilização de ônibus da UFRGS para deslocamentos, inclusive para fora do Estado, e por diversas vezes recursos das Pró-Reitorias de Extensão (Prorex), de Pesquisa (Propesq) e de Graduação (Prograd) são instrumentais para o desenvolvimento das ações, que são registradas nos sistemas de extensão ou de pesquisa, o que permite a emissão de certificados aos participantes. Também com frequência são recebidos apoios das unidades e departamentos, bem como de programas de pós-graduação como o PGDR, em especial ao cederem locais para realização de algumas atividades, bem como áreas para produção de mudas e instalação de unidades demonstrativas.

As diferentes formas de apoio institucional, com bolsas, recursos financeiros e infraestrutura para transporte e realização das ações, foram e continuam sendo fundamentais para que os grupos e núcleos possam atuar. Porém, sempre foram insuficientes e inconstantes para que os grupos pudessem buscar uma ação mais expressiva e consequente junto à sociedade em geral e, de forma mais pontual, junto às comunidades rurais. No final de 2010, isso mudou, pois o projeto da Roda foi aprovado na chamada 2 do Edital 58/2010 do CNPq e MDA. Esse edital tinha como objetivo consolidar e/ou constituir núcleos de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia em instituições de Ensino Superior, exatamente o que caracterizava a Roda. Dessa forma, foi submetido ao edital um projeto com o objetivo de fortalecer e ampliar as conexões

entre os diversos atores da rede e proporcionar uma maior integração entre a UFRGS e setores populares da sociedade, através do desenvolvimento de atividades de extensão em Agroecologia. Participam do projeto diversos professores e alunos de graduação e de pós-graduação de diferentes cursos da UFRGS.

No mesmo edital, mas em sua chamada 1, foi aprovado o projeto *Fortalecimento das agroflorestas no Rio Grande do Sul: formação de rede e segurança alimentar e nutricional*. Esse projeto, que conta com a participação da Roda, tem sido executado em parceria com a Emater e outras organizações, sendo coordenado pela professora Gabriela Coelho de Souza, vinculada ao Desma/PGDR/UFRGS. O projeto vem desenvolvendo atividades relacionadas a agroflorestas em várias comunidades do RS, como mapeamento, sistematizações e intercâmbios de experiências em sistemas agroflorestais.

Como principais resultados desse projeto, podemos destacar a participação no organização da Festa da Biodiversidade de Porto Alegre; discussão sobre redes com o relato da experiência da Rede Ecovida de Agroecologia; promoção de seminários sobre legislação e sobre manejo e beneficiamento de produtos de origem agroflorestal; realização de curso sobre viveirismo ecológico; oficina sobre metodologias participativas; participação no espaço da UFRGS na Expointer; participação na *Mostra Interativa do XI Salão de Extensão da UFRGS*; curso de captação e edição audiovisual para a utilização em pesquisa agroecológica; realização de um mapeamento de experiências em agroflorestas no RS; promoção de seminários sobre o tema da reforma agrária; participação na construção do *XII Seminário Estadual e XI Seminário Internacional sobre Agroecologia* em 2011; organização do *I Seminário de Agroflorestas do RS* e *II Seminário de Frutas Nativas do RS*, em 2012. E, hoje, participa ativamente na construção do *VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, que será realizado em Porto Alegre, entre 25 e 28 de novembro de 2013. Além disso, a Roda favoreceu a participação de seus membros em diferentes feiras e eventos de interesse para os grupos e para o fortalecimento da proposta agroecológica na UFRGS.

A diversidade de ações que são realizadas com foco em Agroecologia pelos grupos e núcleos ligados à UFRGS demonstra o potencial de interação com a sociedade que tem uma universidade pública. Por muito tempo, a universidade tem sido pensada apenas pela sua ação em ensino e pesquisa, esquecendo-se a sua função constitucional de agente de extensão. Através desta é que se pode conectar a formação de profissionais com a realidade do nosso planeta, permitindo-se entender os diferentes contextos sociais

e ambientais e proporcionando o desenvolvimento de novas capacidades. Assim, a Roda, com o devido apoio institucional e financeiro, tem possibilitado a um grande número de estudantes, bem como aos professores, uma formação ampla e a possibilidade de reflexão constante sobre suas áreas de conhecimento e a ação interdisciplinar. Com isso, para além da formação contextualizada de profissionais, tem ocorrido um aperfeiçoamento na própria instituição, promovendo mudanças nos currículos, atualização dos conteúdos de disciplinas e geração de projetos interdisciplinares e coordenados de ensino, pesquisa e extensão. Esse reflexo sobre a própria universidade já seria de extremo significado, independentemente dos resultados do projeto na capacidade de intervir junto à sociedade e promover inovações. Apenas com uma extensão forte e capaz de criar laços consistentes com a sociedade é que a universidade pública será capaz de cumprir suas funções sociais, e para isso é fundamental que políticas públicas de apoio ao fortalecimento dos núcleos de extensão sejam continuadas. Com o atual momento de crise multidimensional que passa o nosso planeta, que se reflete fortemente sobre a agricultura e os processos de desenvolvimento rural, a Agroecologia certamente é um campo do conhecimento que pode contribuir amplamente para a construção da sustentabilidade, e as universidades públicas brasileiras precisam de políticas públicas capazes de fortalecer a Agroecologia.

Existem muitas ações de extensão universitária e pesquisa relacionadas à temática da Agroecologia sendo desenvolvidas no âmbito da UFRGS por diferentes grupos, o que traz uma dificuldade de coordenação pela complexidade de formas e possibilidades em que são propostas. Para que essas ações possam ser fortalecidas, é necessário apoio institucional e financeiro continuado para a manutenção de uma rede de coordenação, como é a Roda, bem como para que essas ações possam ser pensadas de forma mais ampla e melhor organizadas, atingindo um número maior de participantes. O trabalho em rede pode potencializar essas ações, reconhecendo a diversidade de temáticas e as particularidades de cada grupo e fortalecendo a Agroecologia na universidade como um todo. Atualmente, já são percebidos benefícios pela constituição da rede, como o aumento de interações positivas entre seus diferentes grupos integrantes e a realização de ações mais consistentes. A continuidade desse processo já tem produzido muitos resultados positivos para a sociedade e para a universidade, e com o seu fortalecimento espera-se ser capaz de produzir muito mais.

A necessária integração: a Agroecologia na espera da interdisciplinaridade

Como visto, dentro da UFRGS, em relação à Agroecologia, grandes mudanças aconteceram, novos espaços surgiram, e boas são as perspectivas para o futuro. No entanto, existe ainda uma dificuldade de interações entre diferentes conhecimentos. Os espaços que deveriam evoluir para a interdisciplinaridade, fundamental para a Agroecologia, continuam sendo ocupados por especialistas, e quando muito, por tentativas de multidisciplinaridade. A boa vontade muitas vezes não tem sido suficiente para o passo seguinte, em especial porque a tradição (e as cobranças) na universidade é de produção acadêmica individual. Professores e seus alunos buscam espaços ao sol em editais de pesquisa, ensino e extensão competitivos, e as poucas buscas de integração acabam custando um esforço muito grande de entendermos uns aos outros. São linguagens, sinais, abordagens e estratégias muito diferentes, e a comunicação não flui. Por outro lado, o sistema de avaliação e de produtivismo na academia encaminha os professores para uma corrida maluca por publicações, sem falar nas obrigações de cargas horárias mínimas (8 horas) em sala de aula. Somam-se, a essas cargas de trabalho acadêmico, as cargas administrativa e burocrática que todos os professores assumem, com infindáveis reuniões, preenchimento de relatórios e projetos e participações em comissões locais e nacionais. Sobra aos professores cada vez menos tempo para dedicarem-se a pensar, refletir sobre seus temas de investigação, abordagens e métodos, e menos ainda para sair e buscar energia junto à sociedade.

Com isso, ainda existe um grande número de professores que se fecham nos laboratórios e limitam suas atividades a problemas que não são necessariamente os mais atuais e importantes para a sociedade. Nas Ciências Agrárias, encontramos um sem-número de professores atuando em temas relacionados à Agroecologia que fundamentam seus interesses de investigação em problemas virtuais, ou seja, problemas derivados de imagens da realidade, alimentadas por estatísticas oficiais deturpadas e em recortes imprecisos apresentados por grupos de interesses duvidosos ou pela mídia geralmente tendenciosa. Vemos o desenvolvimento de áreas como a Ecologia de Populações em Agroecossistemas, a Regulação Biótica em Agroecossistemas, o Manejo Ecológico dos Solos e outras tantas, limitado às preocupações específicas de alguns agricultores, a trabalhos pontuais em estações experimentais ou em laboratórios de pesquisa, e mesmo com foco na busca de receitas de aplicação geral, quando sabemos que o enfoque agroecológico nos apresenta princípios que necessitam desenvolvimento local. Poucas são as iniciativas de cunho participativo e que promovam a integração de diferentes áreas do conhecimento e do conhecimento local dos agricultores e suas

comunidades.

Com essa situação posta, e de difícil alteração no presente, passa a ser imperativo definir temas de pesquisa em Agroecologia que possam interessar acadêmicos que preferem o isolamento. Isso depende da delimitação de projetos coerentes e assentados em princípios de participação e sustentabilidade e da coordenação das ações e da destinação de recursos de uma forma que não altere muito a cultura vigente (ou a "acomodação acadêmica individual"), orientando os esforços a objetivos comuns, mesmo com limitada interação. Assim, muitas vezes dependemos mais, em Agroecologia, da capacidade de coordenar interações entre acadêmicos abertos à multidisciplinaridade do que de conhecimentos transdisciplinares, e isso nos coloca em uma situação difícil: coordenar atividades multidisciplinares e servir de mediadores. Em geral, temos pouca formação para isso, em especial para lidar com a participação de atores tão diversos (agricultores, mediadores, técnicos, professores, alunos).

Infelizmente, a participação, tanto nas comunidades como na academia, foi quase que totalmente suprimida pelo modelo produtivista de modernização da agricultura. Participação assusta financiadores e gestores da universidade, seja por preconceitos ainda a serem derrubados, seja por acreditarem que a sociedade pode exigir mudanças que eles não sabem aonde nos podem levar. Portanto, é preciso romper com essa situação, ampliando as possibilidades de estabelecimento de projetos com enfoque agroecológico. Uma importante estratégia é, certamente, a formação de redes. Através destas, é possível superar as limitações dos parceiros, além de permitir a troca de experiências de como construir e viabilizar projetos coordenados e participativos. Com apoio das redes, pode ser muito mais fácil quebrar resistências aos projetos de Agroecologia, pois, além de demonstrar a importância, a ponto de formar uma rede, aporta segurança, já que garante a existência de competências nas muitas áreas que esse campo exige. Além disso, a capacidade de formar uma rede ampla, internacional e de iguais, coloca-nos em condições de estabelecer processos de mudanças mais profundas nas universidades que trarão ao mundo a imagem da Agroecologia como exemplo da quebra de paradigmas, mostrando que o conhecimento não deve aceitar fronteiras entre a academia e o conhecimento local, e menos ainda entre os povos que habitam nosso lindo, mas ameaçado, planeta.

Referências bibliográficas

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma Ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (Org.) A**gricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-104.

SANTOS, L. C. R. A experiência da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Vol. 2 nº 2 p. 1.800-1.804. 2007.

Quadro 1 – Evolução das disciplinas conectadas com a Agroecologia no curso de Agronomia da UFRGS – 1990 a 2010.

Currículo antes de 2009		
Disciplina	Créditos[1]	Caráter[2]
Microbiologia Agrícola	3	Obrigatória
Ecologia Aplicada à Agronomia	2	Obrigatória
Desenvolvimento Rural	4	Obrigatória
Diagnóstico e Planejamento de Sistemas Pastoris	3	Eletiva
Plantas Medicinais e Aromáticas	2	Eletiva
Produção de Hortaliças sob Sistema Orgânico	3	Eletiva

Currículo depois de 2009		
Disciplina	Créditos[1]	Caráter[2]
Ecologia Aplicada à Agronomia	2	Obrigatória
Biologia do Solo	3	Obrigatória
Princípios de Agroecologia	3	Obrigatória
Análise de Impacto Ambiental	3	Obrigatória
Gestão Ambiental	2	Obrigatória
Extensão e Desenvolvimento Rural	4	Obrigatória
Bases Ecofisiológicas do Manejo a Pasto	4	Alternativa
Bem-Estar Animal, Qualidade de Produto e Certificação de Processos	3	Alternativa
Climatologia Aplicada	3	Alternativa
Direito Ecológico e Interesses Difusos	2	Alternativa
Ecologia de Populações e Comunidades em Agroecossistemas	4	Alternativa
Manejo do Solo	3	Alternativa
Manejo, Controle e Gestão de Recursos Hídricos	2	Alternativa
Recuperação e Manejo de Áreas Degradadas	4	Alternativa
Agroecologia Aplicada	4	Alternativa
Água Subterrânea, Contaminação e Controle	4	Alternativa
Biorremediação de Ambientes Contaminados	2	Alternativa
Energia para o Meio Rural	2	Alternativa
Manejo Sustentado de Formações Florestais	3	Alternativa
Manejo, Aproveitamento e Gestão de Recursos Minerais	2	Alternativa
Paisagismo Rural	3	Alternativa
Plantas Bioativas	3	Alternativa
Produção Vegetal em Sistemas Orgânicos	3	Alternativa

Currículo depois de 2009		
Recursos Genéticos e Agrobiodiversidade	3	Alternativa
Saneamento Rural	4	Alternativa
Uso de Sistemas de Informações Geográficas no Diagnóstico e Planejamento Ambiental	4	Alternativa
Vivências em Manejos Sustentáveis de Agroecossistemas	3	Alternativa

1. Cada crédito equivale a um mínimo de 15 horas/aula.
2. Caráter das disciplinas: obrigatória – todos os alunos devem cursar; eletiva – alunos podem cursar, mas não são obrigados; alternativa – alunos que optam pela área ambiental devem cursar ao menos 40 créditos nessas disciplinas.